



Anais da Assembléia

N. 002

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 01 DE MARÇO DE 1988.

ANO XIII

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DE INSTALAÇÃO DA SEGUNDA
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA DÉCIMA PRIMEIRA LEGISLATURA
REALIZADA EM 1.^o DE MARÇO DE 1988
TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Lindolfo Júnior.

Às quinze horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pesuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielise Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valdeir Mendes Vilela e Werner Wanderer. Presentes ainda inúmeras autoridades civis, militares, eclesiásticas e demais convidados.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta e instalada a

SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
DÉCIMA PRIMEIRA LEGISLATURA

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão. Designo uma Comissão composta pelos Srs. Deputados Caíto Quintana, Basílio Zanusso, Erondy Silvério, Antônio Belinati, Luiz Carlos Alborghetti, Artagão de Mattos Leão e Nestor Baptista, para que acompanhem até o recinto do Plenário, Suas Excelências o Sr. Governador Álvaro Dias e o Sr. Desembargador Mário Lopes dos Santos, DD. Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça.

Suspendo a sessão até a introdução dos Srs. Governador e Desembargador.

Está reaberta a sessão.

Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a composição da Mesa, com as seguintes autoridades:

Excelentíssimo Sr. Álvaro Fernandes Dias, DD. Governador do Estado do Paraná;

Excelentíssimo Sr. Desembargador Mário Lopes dos Santos, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado;

Excelentíssimo Sr. Capitão do Mar e Guerra, Sílvio Valente da Silva, Comandante da Capitania dos Portos do Estado do Paraná, representante do 5.^o Distrito Naval;

Excelentíssimo Sr. Coronel Aviador Edson Ambrósio, Comandante do CINDACTA II;

Excelentíssimo Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, DD. Prefeito Municipal de Curitiba;

Reverendo Padre Gustavo Pereira, representante de Sua Excelência Dom Pedro Fedalto, Arcebispo Metropolitano de Curitiba;

Excelentíssimo Sr. Conselheiro Antônio Ferreira Rüppel, Presidente do Tribunal de Contas do Paraná;

Excelentíssimo Sr. Juiz Edmar Cordeiro Machado, Presidente do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná;

Excelentíssimo Sr. Anibal Khury, Primeiro Secretário desta Casa de Leis;

Excelentíssimo Sr. Deputado Lindolfo da Silva Júnior, Segundo Secretário desta Assembléia Legislativa.

Tem a presente sessão solene de instalação dos trabalhos da Segunda Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura, a finalidade de, em atendimento ao disposto pela Constituição do Estado, possibilitar a Sua Excelência o Sr. Governador, a leitura de mensagem, através da qual dará contas de sua administração ao povo paranaense.

Convido os presentes a ouvirem o Hino Nacional Brasileiro a ser executado pela Banda da Polícia Militar do Estado do Paraná.

(É executado o Hino).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Senhor Governador Álvaro Dias; Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, Doutor Mário Lopes; companheiros que compõem esta Mesa; Senhores Secretários; Senhoras Deputadas; Senhores Deputados; Senhoras e Senhores.

Reabrimos esta Casa de Leis, depois de noventa dias de recesso constitucional, Constituição esta outorgada pela Junta Mi-

março de 1967, faz com que o Parlamento durante os 12 meses fique fechado por 4 meses. Esperamos que os Senhores Constituintes, ao elaborarem a nova Constituição, resolvam deixar os Paramentos abertos. Porque, o Parlamento aberto é a força do povo e nós, representantes autênticos do povo paranaense e brasileiro, não podemos conceber que uma Casa tão importante deixe de funcionar por 120 dias no ano.

Por isso, Senhor Governador, nos sentimos orgulhosos por termos Vossa Excelência em nossa presença, ao vir pessoalmente, de acordo com o Art. 47, da Constituição Estadual, no seu Parágrafo 7º, que diz que o Governador comparecerá à Assembleia para dar contas da situação do Estado que governa, solicitar as providências que achar necessárias. Nos sentimos honrados, Senhor Governador, por Vossa Excelência vir pessoalmente ler esta mensagem. E por que Vossa Excelência faz isso? Porque Vossa Excelência está em paz com o povo paranaense. Um Governo sério, digno, honrado e que nos honra a todos os paranaenses.

Talvez, o Senhor Presidente da República, ao não ir hoje ao Congresso Nacional, não esteja em paz com o povo brasileiro.

Precisamos de uma Constituinte urgente, com eleições diretas para Presidente da República em 15 de novembro deste ano, com a realização de eleições municipais para que o povo brasileiro possa dizer se está satisfeito com a inflação, com o custo de vida ou se está satisfeito com o Governo.

(Aplausos).

Por isso, Senhor Governador, em nome dos Deputados que compõem esta Casa, independente de siglas partidárias, nós nos sentimos honrados com a sua presença, porque Vossa Excelência é um governador digno, honrado e que muito engrandece a nossa Pátria.

Concedo a palavra a Vossa Excelência, para que leia a sua mensagem. Convido para que o faça da tribuna, lembrando os tempos que Vossa Excelência honrou esta Casa como Deputado Estadual.

O SR. GOVERNADOR ÁLVARO DIAS - Prezado Deputado Antônio Annibelli.

Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná. Doutor Mário Lopes, Digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça. Roberto Requião, Prefeito Municipal de Curitiba. Demais integrantes da Mesa, autoridades já nominadas, Senhoras e Senhores Deputados.

A manifestação do nosso respeito a Parlamentares que, numa fase de descrença nacional em relação as instituições políticas, aos partidos e à classe política,

de modo geral no Paraná, adotaram a postura de respeito à população, atuando de forma a inovar, sem interferências, mas exercendo a real missão parlamentar para a qual receberam a delegação do povo do Paraná.

Como Governador, faço questão de ressaltar o comportamento dos Parlamentares do Paraná que desmentiram aqui que a classe política como um todo é a fisiologia como regra.

Senhoras e Senhores. (Lê): Exigência constitucional, memória da ação administrativa, testemunho das opções políticas, documento histórico, a mensagem anual do Executivo - não raramente - é reduzida a uma narcotizante enumeração de obras e impudente culto da personalidade.

Em 1929 o obscuro Prefeito de Palmeira dos Índios mandou ao Governador de Alagoas o Relatório de seu primeiro ano de gestão. Rudemente sincero, redigido numa linguagem admirável esse documento é antológico. Justamente célebre, não fez escola, não teve seguidores oficiais; é inimitável como o seu autor, Graciliano Ramos.

Mestre Graça, além do estilo literário intransferível, nos deixou também uma lição de sinceridade, deu um exemplo de franqueza. Estas - a lição e o exemplo - podem e devem ser seguidas, imitadas. Sinceridade e franqueza são exigências da democracia, obrigações de governante legítimo, direito do contribuinte, do eleitor, do cidadão. Sejamos sinceros.

Antes de 15 de março de 1987, o Brasil já passava do sonho do crescimento com estabilidade para o pesadelo da mais intensa explosão inflacionária de sua história, conjugada à sombria certeza da desaceleração do desenvolvimento econômico. Não eram vozes isoladas que prognosticavam uma longa estação de mau tempo. Os especialistas só divergiam na intensidade e extensão da tormenta. O impacto do choque abalou a economia. O pior, porém, foram as suas repercussões no corpo social. As expectativas da população mudaram, giraram 180 graus. Fomos dormir otimistas, confiantes, e acordamos pessimistas, hesitantes.

No Paraná, embalado pelas projeções enganosas, determinadas pelo plano cruzado, e acompanhando o clima de euforia incontrolável, o Governo anterior legou compromissos dificilmente honráveis no novo e duro contexto do País; às três dívidas - a externa, a interna e a social - acrescentava-se agora a dúvida. Esses compromissos não eram com obras e projetos contingentes, mas expressão de necessidades indiscutíveis, de urgências aflitivas. O programa rodoviário servirá de exemplo: 2.200 quilômetros de estradas pavimentadas não são um luxo ou sinal de "status"; na verdade elas são vitais e devemos construí-

las, apesar das constrangedoras dificuldades financeiras, já que sem qualquer fonte ou previsão de recursos para financiá-las.

O não financeiro segue um processo clássico: menor atividade econômica, nível mais baixo de arrecadação, receitas corroídas pela escalada inflacionária - e pronto! O efeito, tão previsível como as fases da lua, produziu este estrago: o ICM, Imposto sobre Circulação de Mercadorias, recolhido pelo Tesouro em 1987, ficou 15% aquém do resultado de 86, em termos reais. Não omitiremos dois fortes coadjuvantes do apertado não financeiro que nos ameaça: o desalinhamento dos preços agrícolas e os sucessivos disparos do gatilho salarial. O desalinhamento achatou a receita; os disparos ampliaram as despesas. A compreensão dos funcionários públicos, aliada à engenhosidade dos técnicos, permitiu ao Governo cumprir as determinações legais. Mas o Estado pagou um alto preço! No ano passado, o Poder Público Estadual consumiu 92% da receita do ICM em pessoal, superando largamente a marca histórica dos 70%, um dos melhores índices do Brasil.

E como esquecer uma singularidade do Estado do Paraná? Somos a unidade da Federação que mais financia seus gastos com o ensino superior! E como não lembrar: o quadro de aposentados, que há dez anos não passava de um décimo do quadro de efetivos, hoje está próximo de um terço. Francamente o irrealismo e a generosidade da legislação concorrem para o alarmante crescimento da massa dos salários do Governo, acima das taxas de desenvolvimento de nossa economia.

O esforço para manter a máquina pública funcionando, honrar os compromissos e implementar o programa de obras obrigou-nos à drástica redução das despesas, redobrado empenho na obtenção de recursos federais, firmes ações para cobrar débitos fiscais, combater a sonegação e aumentar a arrecadação. Esse obstinado esforço, necessário, não foi suficiente.

Senhores Deputados

Devemos denunciar a situação pré-falimentar da estrutura pública no País. A coluna dos gastos operacionais - com pessoal, custeio e encargos da dívida - é maior que a coluna da receita operacional - impostos, taxas e transferências federais. Isso significa que a poupança real do Governo, ou sua capacidade de investir, caiu abaixo de zero.

O Paraná não foge à regra. Apesar disso, continuamos a investir, e muito! Da despesa total, 20% foram investidos. O ritmo da ação governamental foi sustentado. A dívida do Estado também cresceu quase 20%. E, aqui, impõe-se um esclarecimento. A soma da dívida é pouco superior a

1,5 bilhão de dólares. Parte da dívida externa, contratada em moedas, que não o dólar - em yen, por exemplo - é aumentada simultaneamente com a desvalorização da moeda americana ou a valorização de outras moedas. Esses periódicos reajustes cambiais escapam do nosso controle. Neste ano de 88, a dívida crescerá, somente em juros, 106 milhões de dólares (9,010 bilhões de cruzados em valores de 31 de janeiro), sem nenhum cruzado novo de empréstimos. Somente em juros este será o crescimento da dívida do Paraná em 1988, ou seja, 9% da receita estadual. Somente as Secretarias da Educação e dos Transportes gastam mais. Recebemos recursos do BIRD, BNDES e da Caixa Econômica, derivados de contratos anteriores. Somos responsáveis por duas operações de antecipação da receita e dois financiamentos do Banco do Brasil para custeio, amplamente justificados pela situação exposta. Não nos assusta a dívida de 1,5 bilhão de dólares quando comparada ao produto real e às potencialidades da economia paranaense.

O que deve nos preocupar é a crescente incapacidade dos governos para gerar recursos e investi-los. O uso da poupança de terceiros, via empréstimo, não pode se transformar num abuso cotidiano e irresponsável. O papel do Estado precisa ser redefinido, sua atuação reorientada, seus órgãos reformados. Não é tarefa fácil; é um desafio que aceitamos.

Desde antes da posse, sustentamos a necessidade de enfrentar o enorme problema da gerência do setor público. Convencidos de sua autonomia, afirmamos que a crise do setor público é, sobretudo, uma crise de gerenciamento. E, se quisermos superá-la, teremos de olhar para dentro da grande máquina, promover as alterações inadiáveis, capazes de injetar racionalidade, eficiência e eficácia nos seus mecanismos.

Desde o primeiro dia de Governo, nos empenhamos nessa cruzada e continuaremos assim até o último momento do mandato. Apoiados em estudos, realinhamos a estrutura administrativa à nova realidade. Apressamo-nos na tradução dos estudos para a linguagem da lei, que esta casa aprovou diligentemente. Extinguimos e fundimos órgãos, eliminamos cargos, dispensamos pessoal, permitindo contratações indispensáveis apenas para setores fundamentais.

Associamos à ação reformadora uma postura de moralidade e de sinceridade, marcas indelévels desde Governo, características que o Paraná orgulhosamente apresenta ao Brasil. Sejamos claros: a moralidade, a punição dos culpados por desvios de fundos públicos, o combate à impunidade, a adoção de regras severas no trato do bem comum, compõem com a racionalização e o correto gerenciamento um só tecido, mas

tes de encerrar a presente sessão, esta Presidência deseja expressar o mais profundo agradecimento, pela presença das altas autoridades Cíveis, Militares, Eclesiásticas, bem como, o Corpo Consular e demais presentes, que com suas presenças muito honraram e dignificaram este Poder Legislativo.

Solicito a mesma Comissão anteriormente designada para que ao término da presente sessão, acompanhe os Senhores Gover-

nador do Estado e Presidente do Tribunal de Justiça, durante as suas permanências no Palácio 19 de Dezembro.

Convoco Sessão Ordinária para amanhã em horário regimental, às 14:30 horas.

Convido os presentes a ouvirem o Hino do Estado do Paraná a ser executado pela Banda da Polícia Militar do Estado. Após o que estará encerrada a presente sessão.

(É executado o Hino do Paraná)

Levanta-se a sessão.